

CLIPPING IMPRESSO

23/07/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CNJ.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2 - 3
1.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	6
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. DECISÕES.....	7
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. INSTITUCIONAL.....	8

PH

**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br
 @holandaph

**DE
RELANCE**

Controle de documentos

Vejam só: um estudo inédito do Conselho Nacional de Justiça apontou que apenas cinco estados brasileiros têm controle da documentação pessoal das suas respectivas populações carcerárias. Ou seja, 80% dos presos, calculados em 797 mil pessoas, não têm documentos básicos necessários para o exercício da cidadania. O CNJ considera documentos básicos carteira de trabalho, registro de identidade, certidão de nascimento, título de eleitor e CPF.

**ESTADO
MAIOR**

Dino, o bônus e o ônus
no confronto com
Bolsonaro. **POLÍTICA 3**

ESTADO MAIOR

Dino vira alvo

As declarações do presidente Jair Bolsonaro (PSL) em relação ao governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), ainda rendem. O comunista passou a ser alvo de aliados do presidente da República, e fatos relacionados à gestão estadual estão sendo expostos em redes sociais.

Dois exemplos marcaram o início desta semana: a postagem da deputada federal Joice Halssemann (PSL-SP) com reportagem do Bom Dia Brasil sobre o aluguel de prédios com proprietários com cargos na gestão e a de um jovem que, no aeroporto, questionou o governador sobre aumento de impostos no Maranhão.

E a promessa dos defensores de Bolsonaro é de que “novos” fatos serão expostos. Na lista, há a circular da Polícia Militar determinando fichamento de adversários políticos do governador, as operações da Polícia Federal que terminou em prisão de membros do governo num esquema que, segundo a PF, desviou R\$ 18 milhões da Saúde e ainda as denúncias de “grampos” a desembargadores e políticos determinados pelo secretário de Segurança, Jefferson Portela.

A tudo isso, serão postados ainda os dados sociais e econômicos no Maranhão, como o índice de extrema pobreza, que alcança mais de 50% da população do estado.

As munições já são conhecidas do governador e seus aliados. As estratégias para combater as informações não poderão ser a de silêncio, como ocorreu no Maranhão quando os problemas foram expostos.

O fato é que Dino não poderia esperar somente o bônus do confronto com o presidente da República. Haverá o ônus, e não deve ser pouco.

Flávio Dino vai receber o bônus e o ônus de ter entrado em conflito com Jair Bolsonaro



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 02/2019

Processo nº 14.915/2019

Objeto: Serviços de Reforma da Rede Elétrica e de Cabeamento Estruturado do Fórum da Comarca de Imperatriz/MA; **Justificativa:** Alterações na Planilha Orçamentária; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fones:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 19 de julho de 2019.

Maurício Fernandes Lima – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Bate **Rebate**

ENCONTRO



O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo – representando o presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo – participou de encontro com todos os dirigentes dos tribunais de Justiça do país. A reunião de trabalho aconteceu no Plenário da Sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e foi conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



- 1** O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo – representando o presidente da Corte, Joaquim Figueiredo – participou de encontro com todos os dirigentes dos tribunais de Justiça do país, ato presidido pelo ministro Dias Toffoli.
- 2** Os assuntos da pauta fora: o Prêmio CNJ de Qualidade; Sistema de Execução Unificado (SEEU); priorização dos processos relativos às grandes obras; pacto pela primeira infância; preparativos para o Encontro Nacional do Poder Judiciário e macro desafios do Poder Judiciário.
- 3** Lourival Serejo assinou uma carta, com 19 outros dirigentes de TJ, em apoio a decisões do STF em que Toffoli suspendeu processos que tramitam no País em que houver compartilhamento de dados da Receita Federal, Coaf e do Branco Central com o Ministério Público sem uma prévia autorização judicial.

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogressonet.com

Recurso

Ontem pela manhã o vereador Fábio Hernandez (PSC) informou que ainda não havia saído uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão em torno do recurso da Oposição

contra uma liminar que suspendeu os trabalhos da “CPI da Saúde”. Hernandez é o relator da CPI, que tem como presidente o vereador Hamilton Miranda.

Informe JP

Miudinhas

- O governo federal anunciou nesta segunda-feira, 22, um corte de 1,442 bilhão de reais no Orçamento de 2019 para o Executivo, em evento de apresentação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Segundo a equipe econômica, o motivo para o bloqueio é a diminuição de previsão de receita para o ano.
- O presidente Jair Bolsonaro disse que apenas um ministério foi afetado. No entanto, a pasta em questão não foi divulgada e deve constar em decreto a ser publicado apenas na próxima semana, segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.
- Segundo o governo, o Orçamento deveria ser cortado em 2,251 bilhões de reais. No entanto, foram utilizados 809 milhões da reserva orçamentária para reduzir o impacto da medida, tornando o corte, na prática, de 1,442 bilhão de reais. A reserva orçamentária existe para ajudar o governo em casos de emergência.
- De acordo com Waldery Rodrigues, a pasta afetada pelo corte só será divulgada na semana que vem. “Eu não falarei hoje sobre qual órgão será mais afetado”, limitou-se a responder.
- Além da redução no orçamento do poder Executivo, também ocorreu um bloqueio de 15 milhões de reais nas despesas do Poder Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União.